



Fls. 01

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS - GO

S E R V I Ç O D E P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

15/01/19

EXERCÍCIO

2019

NR. DO PROCESSO

007/19

Interessado: PREFEITO MUNICIPAL

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 15 de janeiro de 2019

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

Projeto de Lei Complementar

CLASSIFICAÇÃO ALFABÉTICA

ASSUNTO: Alteram dispositivos da Lei Complementar nº 213 de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos profissionais da saúde do Município de Anápolis.

OFÍCIO Nº 011/2019 – PL

Anápolis, 15 de janeiro de 2019

Excelentíssimo Senhor
Vereador LEANDRO RIBEIRO DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos Pares, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 004/2019, que ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 213 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, apresentando, para tanto, as seguintes,

JUSTIFICATIVAS:

A propositura do presente Projeto de Lei faz-se necessário diante da necessidade de uma melhor readequação a fim de que os propósitos da lei sejam alcançados, bem como a necessidade da existência de estudo de impacto financeiro que demonstre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O estudo em questão demonstra que a presente propositura está devidamente adequada ao limite prudencial.

Assim, considerando também a necessidade de incentivo à formação e aperfeiçoamento do servidor público municipal, solicitamos a apreciação e aprovação da presente propositura por esta Casa de Leis.

Atenciosamente,

Roberto Naves e Siquera
PREFEITO DE ANÁPOLIS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 15 DE JANEIRO DE 2019



ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 213 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL **sanciono** a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 21-A e 21-B da Lei Complementar nº 213/2009, que passam a vigorar nos seguintes termos:

“Art. 21-A. Será ao servidor público municipal estável que estiver atuando no âmbito da secretaria Municipal de Saúde, do Município de Anápolis, cumprido integralmente o estágio probatório no desempenho de suas funções, **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**, mediante a apresentação de certificado ou certificados de aprimoramento, aperfeiçoamento profissional ou pós-graduação.

§1º. Para a concessão do **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO** que trata o caput deste artigo só serão considerados os cursos com duração mínima de 30 (trinta) horas, oferecidos na modalidade presencial ou à distância, nos quais o servidor estável tenha obtido aproveitamento igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

§2º. Para os cursos presenciais será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso.

§3º. Os cursos de que trata o § 1º deverão ser autorizados pelo Conselho competente ou ministrados por instituições de ensino oficial ou credenciadas por órgão oficial, observando-se a sequência cronológica.

§4º. Regra geral, para pleitear o **ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**, não pode o servidor estável utilizar o título de que lhe tenha resultado concessão de enquadramento ou progressão vertical. Excepcionalmente, referido título poderá ser utilizado para pleitear o adicional se apresentado uma única vez dentro do primeiro período de concessão, conforme estipulado nos parágrafos quinto e sexto seguintes.

§5º. Para requerer o ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO, os servidores deverão dar entrada através de processos, com juntada da documentação, até 30 de maio de 30 de outubro de cada ano.

§6º. A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO deverá ocorrer sempre nos dias 01 de julho e 01 de dezembro de cada ano.

§7º. A concessão do ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO requeridos e analisados nos termos da presente Lei Complementar até janeiro de 2019, será concedido a partir de janeiro de 2019.

§8º. Será observado o lapso de 03 (três) anos para aquisição de um novo ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO.

Art. 21-B. O ADICIONAL DE TITULAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO será calculado sobre o vencimento-base na referência que o servidor ocupar, garantida sua incorporação, à razão de:

I - 35% (trinta e cinco por cento), para doutorado, com defesa e aprovação de tese na área da saúde.

II - 32% (trinta e dois por cento), para mestrado, com defesa e aprovação de tese na área da saúde.

III - 30% (trinta por cento), para especialização, em curso superior na área da saúde.

IV - 25% (vinte e cinco por cento), para escolaridade superior na área da saúde.

V - 20% (vinte por cento), para um total igual ou superior a 600 (seiscentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde;

VI - 15% (quinze por cento) para um total igual ou superior a 500 (quinhentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde;

VII - 12% (doze por cento) para um total igual ou superior a 400 (quatrocentos) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde.

VIII - 10% (dez por cento) para um total igual ou superior a 300 (trezentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde.

IX - 7% (sete por cento) para um total igual ou superior a 200 (duzentas) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde.

X - 5% (cinco por cento) para um total igual ou superior a 100 (cem) horas de curso de aperfeiçoamento na área da saúde.

§1º. Os totais de horas de que tratam os incisos V, VI e VII deste artigo poderão ser alcançados em um só curso ou pela soma da duração de mais de um curso, desde que observado o limite mínimo previsto no parágrafo primeiro do artigo anterior e concluídos após o ingresso no cargo.

§2º. Os percentuais previstos nos incisos I até VII não são cumulativos, sendo que o maior exclui o menor.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, em 15 de janeiro de 2019.

ROBERTO NAVES E SIQUEIRA
Prefeito de Anápolis

GERALDO LINO E RIBEIRO
Secretário Municipal da Fazenda

MAKS WILSON LOUZADA
Secretário Municipal de Governo e Recursos Humanos



Câmara Municipal de Anápolis - GO de Anápolis - GO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Fls. 06

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: P1fa7f7dbd9ee746312299669e2cd5436K7854

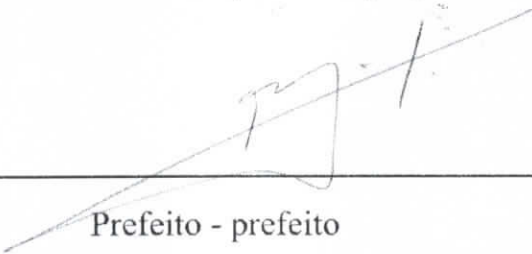
Autor: Prefeito - prefeito

Tipo de
Proposição:
**Projeto de Lei
Complementar**

Data de Envio:
**15/01/2019
18:36:07**

Descrição: **PLC Nº 004/2019 - ALTERAM DISPOSITIVOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 213 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE
SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E
VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE
ANÁPOLIS**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por
meio do sistema SAPL para esta proposição.



Prefeito - prefeito





**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Fls. 02

COMISSÃO CONJUNTA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Dr. Sider Afonso

EM 31/01/2019

[Signature]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

PARECER EM ANEXO



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Fls. 08

PARECER - COMISSÃO MISTA
Projeto de Lei Complementar nº 007/2019

Observando tanto a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, respaldado juridicamente a Comissão Mista desta Casa, dá o seu o parecer favorável a esta proposição

Lélio Alvarenga - PSC
Relator

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink, including a large signature on the left and another on the right that appears to say 'Wenderson Lopes']

18 de 01 de 19
[Handwritten signature and date stamp]